
NUTRIÇÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Jéssica Aparecida de Oliveira da Silva¹

Kariny Stefany Carneiro Pereira²

Tatiana Marin³

RESUMO

Essa pesquisa aborda a nutrição escolar na Educação Infantil, sendo norteada a partir do seguinte questionamento: Qual a importância da alimentação para o desenvolvimento da criança inserida na Educação Infantil? Em resposta ao problema de pesquisa, temos o seguinte objetivo: Analisar qual a importância da alimentação para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil. O trabalho comenta sobre a história da Educação Infantil, apresentando seu processo de aprendizagem, as Leis dos Direitos das Crianças, a idade adequada para inserção nas etapas e recursos. Apresenta uma abordagem qualitativa, descritiva e levantamento de dados da Autarquia Municipal de Educação da cidade norte paranaense, Lei de Diretrizes e Bases de 1996, Constituição de 1988, Base Nacional Comum Curricular de 2017, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ministério da Saúde e Secretaria de Educação do Paraná. Retrata-se a nutrição escolar das crianças inclusas na Educação Infantil, tendo em vista que a escola junto a seus programas é um lugar para aprender, inclusive práticas saudáveis, influenciando na melhoria do aprendizado dos alunos, e também a nutrição. A alimentação é importante para o desenvolvimento do indivíduo, e ele deve receber atenção desde a criança. Todo o desenvolvimento dos indivíduos tem suas particularidades, e o método que nos alimentamos diz respeito a nossa qualidade de vida.

1

Palavras-chave: idade; educação; alimentação; criança.

ABSTRACT

This research addresses school nutrition in Early Childhood Education, guided by the following question: What is the importance of food for the development of the child inserted in Early Childhood Education? In response to the research problem, we have the following objective: To analyze the importance of food for the development of children in Early Childhood Education. The work comments on the history of Early Childhood Education, presenting its learning process, the Laws of Children's Rights, the appropriate age for insertion in the stages and resources. It presents a qualitative, descriptive approach and data collection from the Municipal Education Authority, Law of Guidelines and Bases of 1996, Constitution of 1988,

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade de Apucarana – FAP. Contato: jessicaapoliveira2008@gmail.com.

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade de Apucarana – FAP. Contato: karinystefany@hotmail.com.

³ Orientadora e Coordenadora do Curso de Nutrição da Faculdade de Apucarana – FAP. Contato: marintati@yahoo.com.br.

National Common Curriculum Base of 2017, National Fund for the Development of Education, Ministry of Health and Secretary of Education from Paraná. The school nutrition of children included in early childhood education is portrayed, considering that the school along with its programs is a place to learn, including healthy practices, influencing the improvement of student learning, as well as nutrition. Food is important for the development of the individual, and it should receive attention from childhood. Every development of individuals has its particularities, and the method we eat concerns our quality of life.

Keywords: age; education; food; kid.

1 INTRODUÇÃO

A alimentação adequada e equilibrada é de suma importância para o desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos, ela é capaz de influenciar no processo de seu desenvolvimento físico, social, emocional e cognitivo.

No primeiro capítulo é abordado um pouco da história da Educação Infantil, apresentando como acontecia o processo de aprendizagem nos séculos passados, as leis que trouxeram os direitos as crianças, a garantia de aprendizado, a idade adequada para a inserção em etapas e recursos.

No segundo capítulo, a criança precisa ter uma nutrição escolar adequada, priorizando a alimentação saudável. É essencial que os estudantes possam sentir satisfação ao fazer suas refeições e possam suprir suas necessidades nutricionais, aprendendo desde a produção dos alimentos até a interferência deles em seu corpo.

Como dito por Ferreira, Alves e Mello (2019) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), auxilia financeiramente ao menos uma refeição diária por aluno inseridos na Educação Básica em escolas públicas.

A Autarquia Municipal de Educação em uma cidade norte paranaense pesquisada (2021, online) tem capacidade de disponibilizar diariamente aos alunos inseridos em suas unidades de ensino no período integral em média 30 mil refeições seguindo o cardápio adequado e específico para cada idade e também as orientações estabelecidas em Lei.

No terceiro e último capítulo, sabe-se que o desenvolvimento humano se inicia antes do nascimento, passando a acontecer desde a fecundação conforme as células vão se modificando e se multiplicando. Existem metas a serem alcançadas dentro do desenvolvimento da criança onde pedagogos, professores e profissionais da saúde estão aptos para observar avaliar sua evolução, de modo que possa detectar qualquer alteração ou atraso neste processo.

O tema abordado apresenta a influência da alimentação saudável dentro da escola e o modo em que ela influencia no aprendizado e desenvolvimento, físico, cognitivo e social da criança e tem como objetivo específico analisar qual é a importância da alimentação para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil.

2 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é pautada em uma abordagem qualitativa, é uma pesquisa exploratória e uma pesquisa bibliográfica, com consultas em materiais já existentes, sendo esses, fontes secundárias a partir de livros, artigos científicos, teses e projetos com conteúdo destinado a área de saúde e educação com o objetivo de analisar qual é a importância da alimentação para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil.

De acordo com Godoy (1995), os estudos qualitativos, podem ter uma melhor compreensão no contexto em que ocorrem e que fazem parte, por meio de análise. O pesquisador terá que investigar o fenômeno estudado através das pessoas que estão envolvidas, levando em consideração todos os pontos que sejam relevantes.

Uma pesquisa exploratória segundo Gil (2002), proporciona familiaridade com o problema, com a possibilidade de torná-lo mais compreensível por meio do aprimoramento de ideias. O aprimoramento de ideias se dá por meio de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica surge a partir de estudos em materiais que já foram elaborados, podendo ser livros ou artigos científicos. A vantagem desse tipo de pesquisa é permitir ao investigador uma abordagem mais ampla do que se é pesquisado diretamente. A desvantagem se dá pelo cuidado que precisa ter, pois muitos dados disponibilizados (principalmente na internet) podem ser equivocados (GIL, 2002).

Os dados foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica no Google acadêmico, SCielo, sites oficiais de programas de saúde e educação, documentos disponibilizados pelo Ministério da Saúde, Lei de Diretrizes e Bases (1996), Base Nacional Comum Curricular (2017) e Constituição Brasileira (1988).

Após análise bibliográfica foi criado um fluxograma sobre a importância da Nutrição Escolar na Educação Infantil. As palavras citadas no fluxograma foram utilizadas na forma negrito para melhor entendimento do leitor.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Educação Infantil

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, de direito de todo cidadão brasileiro e é obrigação do Estado oferecê-lo gratuitamente sem exceção, e é a partir dela que se inicia o processo educacional (MOREIRA, 2021). Conforme o Art. 29 da Lei nº 9394/96:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Gouveia (2013) menciona que o educar e cuidar, devem caminhar juntos no processo de aprendizagem da criança, sendo ações únicas e importantes na Educação Infantil. Segundo Brasil (2018) as etapas da educação junto aos seus objetivos são divididas em três grupos por faixa etária, distribuídos em duas fases, sendo a primeira a creche que inclui bebês de 0 a 1 ano e 6 meses e crianças bem pequenas de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses, e a segunda fase pré-escola com crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses.

O Brasil possui uma grande desigualdade econômica que acaba afetando todos os bens sociais como saúde e Educação sendo Infantil, Fundamental, Média e Superior, significando que em determinadas regiões do país tais processos não são aplicados devidamente, trazendo a falta de qualidade, mesmo quando Didonet, Corsino e Nunes (2011, p.15) afirmam que “a Educação Infantil, é direito de toda criança desde o nascimento em instituições próprias (sob o nome de creches, pré-escolas ou outro equivalente, como centros de Educação Infantil).”

Cada período a criança era vista de um modo diferente, durante muitos séculos ela era total responsabilidade da família. Costa, Macedo e Schramm (2019) falam que dentro do contexto europeu, na Idade Média crianças eram vistas apenas como uma versão menor de um adulto, um homem em miniatura que executava as mesmas atividades que os adultos, mas só tinha sua existência e opinião considerada quando se encontrava na idade da razão quando na mesma época os poucos colégios existentes eram coordenados pela igreja e eram destinadas a determinados grupos específicos.

No século XVI, já existia quem se preocupava com a ingenuidade e a inocência da criança decorrentes da forma com que foi criada, enquanto outros acreditavam que o adulto tinha o papel de moralizar a criança pois ela não estava pronta (COSTA; MACEDO; SCHRAMM, 2019).

Logo que a Indústria moderna deu seus primeiros passos a estrutura social já sofria as consequências, pois as mulheres que tinham de trabalhar nas indústrias não poderiam cuidar de seus filhos, então a sociedade burguesa considerou a criança como alguém que precisava ser preparada para o futuro e não somente para o trabalho pesado (COSTA; MACEDO; SCHRAMM, 2019).

No século XX grande parte da população morava na área rural, onde os fazendeiros quem cuidavam das crianças órfãs, e na zona urbana os bebês abandonados pelas mães eram recolhidos nas rodas de expostos, onde tinham a alimentação, higiene e segurança física adequada conforme abordam Costa, Macedo e Schramm (2019).

Como mencionado por Costa, Macedo e Schramm (2019), em períodos de escravidão o filho do escravo se tornava adulto aos 12 anos, tanto para o trabalho braçal quanto para a vida sexual, enquanto a criança branca aos 6 anos dava início aos seus estudos. Após a abolição da escravatura no século XIX, e a Proclamação da República, surgiram algumas iniciativas com a intenção de proteger a criança, criando entidades de amparo. Portanto após a abolição surgiu a dúvida do que seria feito dos filhos dos escravos, uma vez que estes não seguiriam o caminho dos pais, então logo após começaram a surgir as primeiras creches brasileiras.

[...] as creches se destinavam a atender não apenas aos filhos das mães que trabalhavam na indústria, mas também aos filhos das empregadas domésticas. Eram chamadas de Casa dos Expostos ou Roda, e o atendimento se limitava a questões de alimentação, higiene e segurança física (COSTA; MACEDO; SCHRAMM, 2019, p. 47).

Segundo Costa, Macedo e Schramm (2019), o Departamento da Criança no Brasil foi fundado em 1919 pelo Estado, porém acabou sendo mantido por meio de doações. Ele foi estabelecido no intuito de amparar crianças e gestantes incapazes de se manter financeiramente, compartilhar conhecimento, dentre outras atividades.

As décadas entre 1930 e 1980, do século XX, foram período de inovações políticas sociais e educacionais, onde o nível básico de educação se tornou obrigatório e gratuito, houve o aumento para oito anos dentro desse nível, a criança passou a ser vista com outros olhos e

também ocorreu o surgimento de outros departamentos como a “Legião Brasileira de Assistência, em 1942; o Comitê Brasil da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar, em 1953; e o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1972, entre outros” (COSTA; MACEDO; SCHRAMM, 2019, p. 47).

Com a frequência na repetência das crianças nas escolas, em 1970 foi acrescentada a pré-escola para crianças de quatro a seis anos na intenção de suprir as necessidades culturais, já que a família de baixa renda não tinha condições de oferecer e auxiliar em um bom desenvolvimento escolar, porém a pré-escola “pública” não era algo formal, era composta por voluntários e forneciam somente a assistência enquanto as creches particulares trabalhavam a área cognitiva, emocional e social da criança (COSTA; MACEDO; SCHRAMM, 2019).

Quem trabalha na Educação Infantil precisa entender sobre todo o desenvolvimento infantil, assim compreende cada fase que a criança tem, analisando de seu comportamento, sabe como interferir para poder estimulá-las, interagir e participar de tudo, como mencionado por Barros:

O trabalho da professora envolve uma complexidade, pois exige um olhar para as necessidades da criança com o devido cuidado necessário, atenção, responsabilidade, dedicação, comprometimento com os aspectos emocionais, afetivos, culturais, intelectuais, fisiológicos, desenvolvimento motor, dentre outros aspectos da formação da criança. Quando ocorrem circunstâncias que requerem cuidado, a ação da professora precisa ser intencional para que o ato não seja reduzido à assistência (BARROS, 2021, p. 35).

6

De acordo com Barros (2021), a Constituição de 1988 foi capaz de garantir a educação pré-escolar e o acesso às creches, pois se mostrou necessária e de direito de todos, sendo dever do Estado mantê-la. Já em 1996, a LDB 9394/96 é promulgada e a partir daí a creche se torna parte da educação, e a Educação Infantil tornou-se parte da Educação Básica.

Em 1990 a criança foi considerada apta aos direitos humanos por meio da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo dever da família, comunidade e sociedade, deveres como cuidado, proteção, guarda e responsabilidade pelo desenvolvimento integral da criança (BARROS, 2021).

De acordo com Cordeiro (2020), desde o início de 2020 o Brasil e o mundo enfrentam a pandemia de Covid-19, medidas de restrições e isolamento social foram acrescentadas no cotidiano, dentre elas a suspensão total das aulas ou do ensino híbrido, o que causou um impacto inesperado na escolarização de crianças e adolescentes.

Ainda com o raciocínio do mesmo autor, o avanço tecnológico possibilitou a criação de ferramentas utilizadas pelos professores em sala de aula, permitindo o mais fácil acesso à informação e recursos, tornando o momento pedagógico mais dinâmico, com eficiência e inovação.

Mesmo com as adaptações das instituições de ensino, a responsabilidade de ensinar não cabe somente a elas, mas também a família, que teve que se adaptar com essa nova metodologia de ensino, em um momento delicado.

3.2 Nutrição escolar adequada

Segundo a Guia Alimentar para a População Brasileira (2008), uma dieta saudável precisa estar associada a hábitos alimentares que tenham significado social e cultural. Os alimentos têm sabor, cor, forma, aroma e textura, elementos essenciais nos métodos nutricionais.

Não há dúvida que alimentação de qualidade é fundamental para garantir uma boa qualidade de vida. Somos o que comemos e como comemos (MONTEIRO; COSTA, 2004 *apud* CUNHA, 2014).

As pessoas reconhecem o papel dos alimentos na promoção da saúde e na prevenção de doenças. A comunidade científica percebeu que os efeitos da desnutrição no início da vida podem ter um impacto na saúde na idade adulta (ACIOLLY, 2009).

Segundo Romanelli (2006), a alimentação não é um comportamento isolado, mas uma atividade em sociedade envolvendo várias pessoas desde a produção de alimentos até o preparo dos mesmos. O autor explica também que, o aspecto de afeto da comida abrange o relacionamento com os outros e ocorre durante as refeições em família, reuniões, trocas de informações, de convívio.

Romanelli (2006) também cita que, ao alimentar-se é bem previsível que as pessoas sigam um padrão tanto em questão de horários, como em questão de quais alimentos ingerir. Estar triste ou feliz, preocupado ou tranquilo, pode determinar a quantidade e o que a pessoa come. Além disso, é comum que a sociedade brasileira, por exemplo, seja acostumada a comer arroz com feijão, relacionado a cultura do país.

Mukhina (1996) *apud* Barros (2021, p.94), menciona:

Desde o primeiro suspiro de vida, uma das primeiras coisas que nos é oferecida é a alimentação por meio do leite materno (colostro), algo que para o recém-nascido é natural, biológico, uma que vez que ele já se alimentava no ventre materno, por meio do cordão umbilical e do líquido amniótico. O ser humano nasce com reflexos inatos e instintivos que têm como objetivo saciar as necessidades básicas do indivíduo, como é o caso do reflexo de sucção que visa garantir a alimentação nos primeiros meses de vida.

Para Barros (2021), a alimentação é relacionada a cuidado, suprimindo a necessidade biológica e física, mas deve ser utilizada como um ato educativo, tendo o desenvolvimento da criança como fator essencial. A alimentação é considerada um dos primeiros elementos que a criança tem contato referente à aprendizagem. Envolve todos os sentidos do ser humano: tato, olfato, paladar, audição e visão.

Quando a criança entra na escola, ela traz consigo comportamentos e costumes que foram aprendidos em sua família, em seu convívio social, envolvendo questões de saúde, higiene e alimentação. De acordo com Zancul, referente à educação alimentar e nutricional:

Torna-se, então, necessário que esses conhecimentos sejam levados em conta quando se trabalha com educação alimentar e nutricional, devendo essa prática ter início já na Educação Infantil, podendo a escola proporcionar uma alimentação balanceada e variada, introduzindo desde a infância hábitos saudáveis (ZANCUL, 2008, p. 39).

8

De acordo com Silva (2019), na década de 1940 começou a discussão sobre a merenda escolar, como política educacional para as escolas. A finalidade dessa política era reduzir o fracasso escolar advindo de evasão e repetência, melhorando o rendimento dos matriculados em escolas públicas. As redes de ensino recebiam crianças que vinham de famílias sem condições financeiras e que não podiam dar a elas uma alimentação adequada e muito menos ter despesas com os estudos.

Segundo Ramos e Stein (2000) as crianças que ainda não estão inseridas na escola têm o hábito alimentar de acordo com as suas preferências alimentares, consumindo apenas os alimentos que as agradam que estão disponíveis no seu dia a dia, e rejeitando alimentos e sabores que nunca viram ou que não gostam, por medo, ação chamada de neofobia alimentar.

A neofobia alimentar pode ser reduzida por métodos de aprendizagem na alimentação que permitem que a criança aprenda sobre fome e saciedade, substâncias comestíveis, sabores dos alimentos e quantidade de alimentos que deve ser consumida (RAMOS; STEIN, 2000, p. 30)

O período da criança com 2 a 5 anos de idade é quando o ritmo de seu crescimento é diminuído e dessa forma as suas necessidades de alimentação e de seu apetite também são reduzidas (VITOLLO *et al.*, 2005 *apud* BRASIL, 2012).

Nessa fase a sua alimentação é algo que pode variar e que não se pode ter uma base de como será, mas o correto é que seja conduzido de forma saudável para que não acarrete problemas futuros como obesidade, diabetes e colesterol, por exemplo (SOCIEDADE..., 2006 *apud* BRASIL, 2012).

Levando em consideração, é importante a interferência familiar, para que se construa uma estrutura de bons hábitos alimentares, mas que também deve ser seguido por todas as pessoas do mesmo contexto social (AMERICAN..., 2005 *apud* BRASIL, 2012).

As refeições devem ser habitualmente feitas em família com horários regulares, para que o seu processo biológico possa funcionar de forma mais eficaz (BRASIL, 2012). As refeições precisam ter intervalo de aproximadamente 3 horas, sendo necessário que se estabeleça horários corretos para a realização das mesmas (SOCIEDADE..., 2006 *apud* BRASIL, 2012).

As calorias necessárias devem ser distribuídas em pequenas porções durante o dia, respeitando o quanto a criança pode comer (WEFFORT, 2006 *apud* BRASIL, 2012).

A sobremesa e outras guloseimas não podem substituir refeições e muito menos serem oferecidas como forma de recompensa ou castigo para a criança (URRESTARAZU DEVINCENZI; BASILE COLUGNATI; SIGULEM, 2004 *apud* BRASIL, 2012).

O momento à mesa deve ser agradável, sem discussões de assuntos que não sejam pertinentes ao momento, se por exemplo, começar a se falar nas notas do aluno no colégio, a criança pode se sentir pressionada a comer mais rápido ou nem comer para se retirar mais rapidamente da situação (WEFFORT, 2006 *apud* BRASIL, 2012).

Inclusive é importante que as refeições sejam feitas à mesa, sem a presença de eletrônicos como celular, TV, rádio, pois isso tira a concentração na hora de comer (SOCIEDADE..., 2006 *apud* BRASIL, 2012).

Quando houver recusas grandes de determinados alimentos, é importante mudar a forma de seu preparo e também sua apresentação, para que possa haver novas tentativas (WEFFORT, 2006 *apud* BRASIL, 2012). O consumo de refrigerantes, sucos industrializados

podem interferir na saúde e até mesmo na digestão dos alimentos (MAHAN, 1998 *apud* BRASIL, 2012).

3.2.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

A American Dietetic Association (ADA), a Society for Nutrition Education e a American School Food Service Association (ASFSA), garantem que a escola é essencial na formação de hábitos saudáveis, através de intermédios que incluem os programas de educação nutricional (BRIGGS *et al.*, 2003 *apud* PEREIRA; SCAGLIUSI; BATISTA, 2011).

Entende-se, assim, que a implantação de programas de educação nutricional nas escolas e a consequente criação de um ambiente favorável à promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis, constituam estratégias importantes para combater a obesidade infantil e as doenças crônicas a ela associadas (BUSS, 1999; JAIME; LOCK, 2009; JULIANO; CERVATO-MANCUSO; GAMBARDELLA, 2009 *apud* PEREIRA; SCAGLIUSI; BATISTA, 2011, p. 111).

10

Segundo Brasil (2017) um dos programas inseridos dentro da escola é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que oferece alimentação escolar e educação alimentar a todos os estudantes da educação básica. Essa assistência é efetuada em 10 parcelas mensais (fevereiro a novembro) abrangendo os 200 dias letivos, conforme o número de crianças em cada local de ensino.

Segundo o Art. 4 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art.4º o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009).

A merenda escolar é importante na escola, ajudando no cuidado da alimentação da criança, melhorando a frequência do aluno e contribuindo com seu desenvolvimento e aprendizagem. A ausência do alimento é capaz de causar indisposição nos alunos, rendimento inferior, aumento no índice de faltas e os deixam tristes e agitados (BEZERRA, 2009).

3.2.2 Alimentação Escolar no município norte paranaense.

A Autarquia Municipal de Educação (AME) da cidade do norte paranaense definida para a pesquisa, por meio do seu Departamento de Alimentação Escolar, oferece por dia uma quantidade aproximada de 30 mil refeições para os alunos que permanecem em tempo integral. Essas refeições constituem-se por café da manhã, almoço e café da tarde distribuídos nas escolas, enquanto nos CMEIs (Centros Municipais de Educação Infantil) são servidos o café da manhã, o lanche da manhã, almoço, café da tarde, o lanche da tarde e o jantar. É disponibilizado uma fórmula infantil para os bebês com até seis meses de idade e alimentos específicos para as crianças que apresentam restrições alimentares, como intolerância à lactose, alergia ou diabetes.

Os cardápios são elaborados por uma equipe de nutricionistas, que também tem a responsabilidade pela formação continuada das merendeiras e auxiliares de cozinha, realizar diagnóstico e fazer o acompanhamento do estado nutricional dos alunos, promovendo ações de educação alimentar, junto às instituições. Seguindo orientações estabelecidas de acordo com o artigo 14 da Resolução nº 26/2013:

Art. 14 - Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo RT, com utilização de gêneros alimentícios básicos, de modo a respeitar as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada (BRASIL, 2013).

De acordo com o Portal da Autarquia Municipal de Educação da cidade norte paranaense (2021), há priorização de alimentos saudáveis, incluindo frutas, legumes e verduras regionais e da estação, com uma farta variedade e ótima qualidade. O Departamento de Alimentação Escolar tem uma câmara fria com três vans exclusivas, sendo uma delas com refrigeração, para armazenar e transportar de forma adequada os mantimentos.

3.3 Desenvolvimento da criança de acordo com sua idade

O desenvolvimento infantil abrange todos os profissionais da saúde e também os pedagógicos pois na infância a criança constrói habilidades que futuramente serão necessárias para a conclusão do processo de desenvolvimento e os primeiros anos de vida são essenciais para que isso ocorra com sucesso (BRASIL, 2002).

O crescimento é um processo biológico ativo e contínuo que inicia na fecundação e dura até o traspasse, acontece por meio de aumento de tamanho celular e na criança ela expressa saúde, porém é influenciada pela alimentação, higiene, doenças, condições socioeconômicas, genética, metabolismo (BRASIL, 2002).

Até os cinco anos de idade fatores ambientais influenciam muito mais no desenvolvimento e no crescimento da criança do que o fator genético, esse interfere com maior intensidade em crianças mais velhas e adolescentes (BRASIL, 2002).

De acordo com o Brasil (2002), o desenvolvimento físico não ocorre de forma mútua, cada parte do corpo possui um ritmo de crescimento específico, um exemplo disso é quando o feto começa a se transformar a cabeça chega a possuir 50% do tamanho total do corpo.

Segundo Habicht (1974) *apud* Brasil (2002, p.15):

Demonstrou que crianças menores de 5 anos, de diversas nacionalidades, crescem num ritmo semelhante (a exceção dos orientais e algumas tribos africanas), desde que submetidas a boas condições de vida. O mesmo não acontece com crianças de mesma nacionalidade, porém sob condições socioeconômicas diferentes (as de nível alto crescem de modo similar às crianças de países desenvolvidos, enquanto as de baixo nível socioeconômico crescem em ritmo mais lento).

12

Após o nascimento e até completar dois anos de idade o crescimento das crianças é bastante rápido e depois vem se reduzindo gradualmente até os cinco anos e a partir daí o crescimento é constante até a adolescência, lembrado que cada órgão, tecido e parte do corpo exige um período específico para se desenvolver (BRASIL, 2002).

Segundo Brasil (2009) a alimentação é um dos itens essenciais para o desenvolvimento, crianças de até 6 meses de idade trazem como alimentação prioritária o leite materno, a partir daí deve-se seguir uma dieta com qualidade, quantidade e frequência adequada para cada uma das idades, até porque o crescimento também consome energia, então uma boa alimentação anda lado ao lado de um bom desenvolvimento.

A Caderneta de Saúde da Criança utiliza como parâmetros para avaliação do crescimento de crianças (menores de 10 anos) os seguintes gráficos: perímetro cefálico (de zero a 2 anos), peso para a idade (de zero a 2 anos, de 2 a 5 anos e de 5 a 10 anos), comprimento/estatura para a idade (de zero a 2 anos, de 2 a 5 anos e de 5 a 10 anos), índice de massa corporal (IMC) para a idade (de zero a 2 anos, de 2 a 5 anos e de 5 a 10 anos) (BRASIL, 2001, p.109).

O desenvolvimento envolve a parte motora, cognitiva, social e linguagem, quando existe um acompanhamento e uma intervenção adequada todas essas áreas se expandem (BRASIL, 2002).

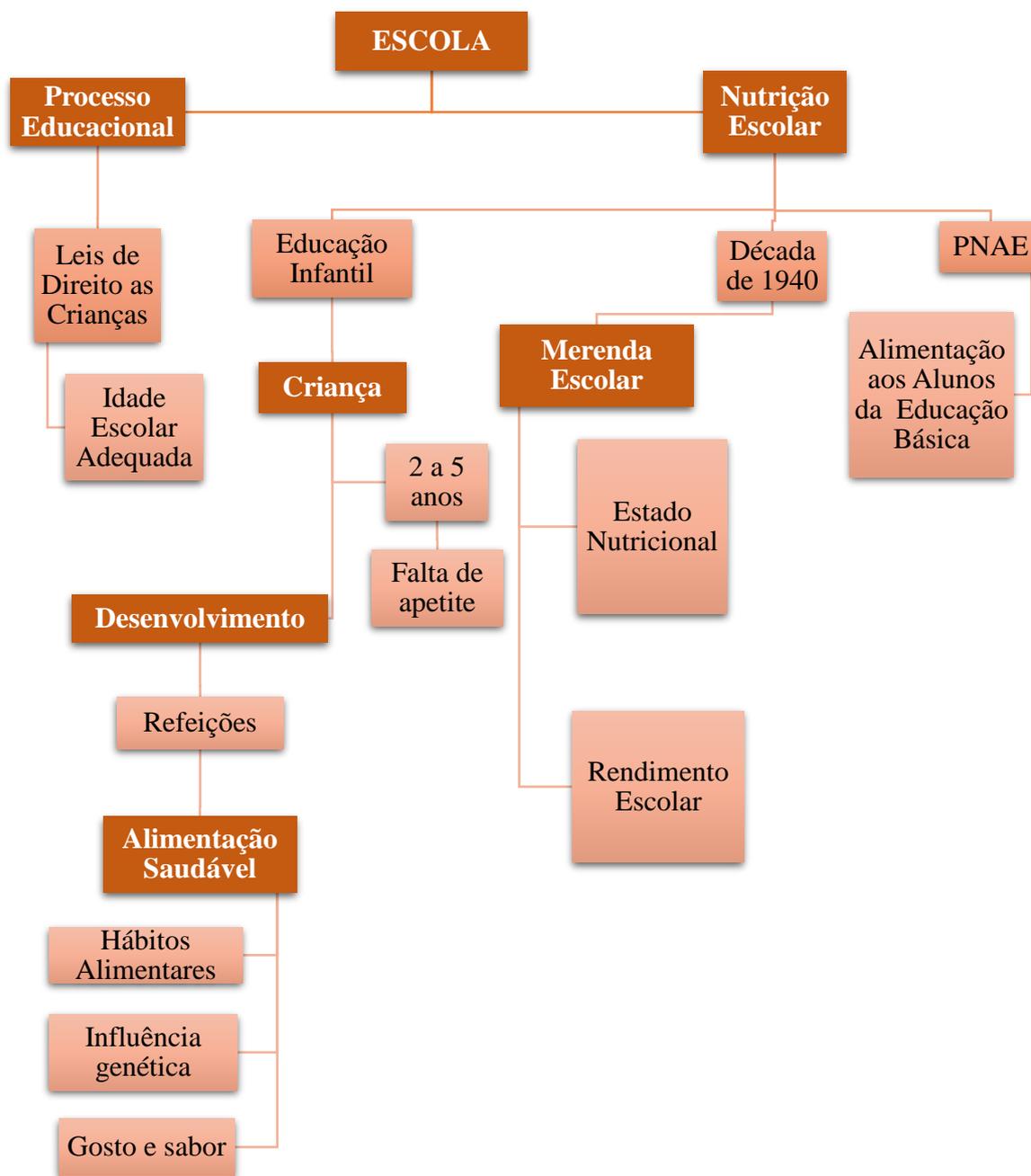
Crianças de 0 a 1 ano e 12 meses tem como desenvolvimento básico e normal o reconhecimento de rostos, sorrisos, tem de ser capaz de virar de bruços, segue objetos e sons, engatinha, consegue sentar-se, andar e correr sem apoio, e até mesmo sobe degraus mais baixos (BRASIL, 2002).

Entre 2 e 3 anos de idade já pronuncia seu nome e estabelece as coisas que são suas, com a atenção e acompanhamento começa o processo de desfralde e se reconhece no espelho ou em fotografias (BRASIL, 2002).

Dos 4 aos 5 anos a criança é um tanto autocentrado, até começar a ver importância em outras pessoas e passa a possuir amigos, começa a entender a questão de gêneros, seu pensamento passam a ter lógica, seu vocabulário melhora, ela já é capaz contar e até inventar histórias (BRASIL, 2002).

4 RESULTADOS

Figura 1 - Nutrição escolar na educação infantil



Fonte: Silva, Marin e Pereira (2022)

Como seria a sociedade caso não existissem as **escolas**? Cada época os indivíduos dariam início ao conhecimento da forma que mais lhe fosse conveniente? Pois bem, no texto de Young (2007) ele cita que desde 1970 a escola foi alvo de muitas críticas negativas.

Althusser (1971), Bowles e Gintis (1976) e Willis (1977) *apud* Young (2007) consideravam que dentro de uma sociedade capitalista a escola tinha função de ensinar a classe trabalhadora, e tais estudantes apenas provavam a desigualdade dentro da área educativa enquanto em 1980, mulheres e indivíduos com etnias distintas eram submissos, já Illich (1971) *apud* Young (2007) alegava que o aprendizado somente aconteceria com o encerramento de todas as escolas.

O mesmo autor ainda diz que a escola é transmissora de cultura ou conhecimento, e questiona qual o tipo de conhecimento que a escola tem função de transmitir. Opina que o conhecimento poderoso não está em qualquer lugar, pois dentro da sociedade ele é o conhecimento especializado, e o mesmo só deve ser transmitido por meio da relação aluno-professor.

Segundo Reboul (1974); Brandão (1968) *apud* Iuliano (2008), o **processo educacional** é individualizado e espontâneo desde que seja entendido como a conclusão de um processo social contínuo que é referenciado pelo comportamento, atitude e conhecimento modificados, sendo consequência de qualquer tipo de influência, interior ou exterior mencionado por Nérici (1960) *apud* Iuliano (2008). De acordo com Furter (1970); Teixeira (1969) *apud* Iuliano (2008), um dos principais propósitos é preparar a pessoa para conviver e trabalhar em uma sociedade que é de extrema complexidade, terminando apenas com o findar da vida.

O autor Brandão (1968) *apud* Iuliano (2008) ressalta que as atividades educativas devem ser realizadas com indução e condução de raciocínios, com ênfase nos sentimentos e conhecimentos de quem é educado, para que seja possível participar ativamente no processo educacional.

As crianças tem os seus direitos de acordo com leis brasileiras. Segundo o art. 227 da Constituição Federal de 1988 a família, a sociedade e o Estado tem dever de priorizar a asseguarção para a criança, adolescente e jovem o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, o lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, o respeito, à liberdade e convivência familiar e comunitária, além de protegê-los de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

De acordo com a LDB 9394/96, a **Educação Infantil** passou a fazer parte da Educação Básica, juntamente com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, sendo mencionado em seu artigo 29 como a primeira etapa da educação básica, tendo por finalidade o **desenvolvimento** integral da criança de até cinco anos de idade levando em consideração aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

A lei 8069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em seu artigo 3, menciona que a **criança** e o adolescente podem usufruir de todos os direitos fundamentais referentes a pessoa humana sem prejuízo de proteção diante da Lei, tendo acesso a todas oportunidades e facilidades, lhes possibilitando desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Quando se fala sobre a idade que cada criança deve ter em cada etapa da educação também falamos sobre a Base Nacional Comum Curricular de 2017 que “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017). Nela são estabelecidos Direitos de aprendizagem e desenvolvimento, Campos de Experiência e Objetivos de Aprendizagem de acordo com cada etapa da educação e suas necessidades.

Nossa pesquisa retrata a **nutrição escolar** das crianças inclusas na Educação Infantil, ou seja, crianças que tenham de 0 a 5 anos e 11 meses, distribuídas em turmas de acordo com a **idade adequada** para essa etapa, sendo divididas entre bebês de 0 a 1 ano e 6 meses, crianças bem pequenas de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses e crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses.

De acordo com Vitolo (2008), os **hábitos alimentares** são formados por **influências genéticas** e ambientais, com o comportamento alimentar sofrendo mutação. Propensões genéticas define se uma pessoa pode gostar ou não de alimentos de acordo com a sensibilidade de **gostos e sabores** hereditários, sendo moldada pelas experiências ao longo de sua vida. O medo do novo acontece com mais frequência com **crianças de 2 a 5 anos**. Esse medo não funciona quando a alimentação é oferecida pelos pais, passando a ser importante quando a criança começa a se alimentar sozinha. Segundo o mesmo autor, a **falta de apetite** na faixa etária do pré-escolar é comum, e não pode ser considerado algo diagnóstico.

Todos os indivíduos têm direito a ter uma alimentação adequada às suas necessidades, o qual é garantido pela Constituição Federal, estabelecido na Emenda Constitucional nº 64 no dia 4 de fevereiro de 2010 (GOULART, 2019). O modo que nos alimentamos diz muito sobre nosso desenvolvimento e qualidade de vida, com uma alimentação adequada evita-se várias doenças causadas tanto pelo excesso quanto pela falta de alguns nutrientes.

Como dito por Rogol *et al.*, (2000) *apud* Iuliano (2008), antes de entrar na puberdade, a criança passa por uma fase em que precisa de um acompanhamento nutricional para que tenha o desenvolvimento adequado durante o a formação do seu estado nutricional, essa fase é chamada de pré-púbere.

O Ministério da Educação e Ministério da Saúde em 2006, impôs diretrizes para promover a alimentação nas escolas de Educação Básica brasileiras, incluindo a **alimentação saudável** no projeto político pedagógico como parte da função pedagógica, uma vez considerada necessidade biológica, social e cultural. A escola é vista como um lugar para aprender, então torna-se o melhor ambiente para se ensinar práticas saudáveis, por isso programas nutricionais e programas de saúde estão nas escolas. Eles influenciam na melhoria do aprendizado e dos resultados dos alunos, assim como a educação de qualidade também induz a melhoria nutricional e saudável (UNICEF, 2000 *apud* IULIANO 2008).

Segundo Fogagnoli (2017) na década de **1940** a nutrição surge como um campo específico do saber, e surgem também teses importantes sobre o problema alimentar do Brasil e propostas de transformação a má alimentação da população. A alimentação escolar entra em cena e surge propostas de melhorar a alimentação das crianças, implantando novos hábitos alimentares através da **merenda escolar**.

De acordo com Goulart (2019), o **Programa Nacional de Alimentação Escolar** (PNAE) é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e garante a **alimentação gratuita aos que estão matriculados em redes públicas de ensino de Educação Básica no Brasil**, e estabelece ao menos uma **refeição** diária em cada um dos 200 dias letivos de acordo com a idade dos estudantes e períodos que permanecem nas escolas, suprimindo parte da necessidade nutricional do aluno. O PNAE conquistou seu espaço, e hoje é um dos maiores programas que discutem a alimentação escolar do mundo (OLIVEIRA; BRASIL; TADDEI, 2008 *apud* GOULART, 2019).

Apesar do FNDE (2012) *apud* Goulart (2019) apresentar algumas alterações que o PNAE sofreu desde sua criação o programa também teve muitos avanços como a aquisição de recursos financeiros destinados diretamente aos municípios, a exigência de um profissional adequado para tomar a frente do programa (um nutricionista capacitado) de ter outras conquistas, inclusive um reajuste generoso em recursos federais.

Brasil (2013) *apud* Goulart (2019), deixa claro que o cardápio utilizado nas escolas deve atender parte da necessidade nutricional da criança e o período em que ela passa na instituição de ensino. Na creche quando fica o período integral deve receber 70% de suas necessidades nutricionais diárias, divididas em ao menos três refeições, em meio período essa porcentagem cai pra 30% em ao menos duas refeições, alunos matriculados em meio período na Educação Básica recebem 20% em uma refeição ou 30% quando a instituição oferece duas ou mais. O **estado nutricional** dos alunos é avaliado no intuito de identificar doenças ou necessidades específicas de cada um.

Considerando todo o material lido e estudado nota-se que a alimentação adequada para as crianças é de grande importância para o seu desenvolvimento e na melhora de seu estado de saúde, pois um aluno mal nutrido torna-se doente e ausente, o que acaba resultando em um baixo **rendimento escolar**, tanto pela suas faltas quanto pelo seu aprendizado em si, o PNAE tem o importante papel de manter a alimentação desses alunos dentro das escolas, suprimindo parte da necessidade nutricional diária que ele tem.

18

5 CONCLUSÃO

A alimentação é importante para o desenvolvimento do indivíduo, e ele deve receber atenção desde a criança inserida na Educação Infantil. Toda a evolução humana tem suas particularidades e seus eventos, e o método que nos alimentamos diz respeito a nossa qualidade de vida.

A criança antes de entrar na puberdade necessita de um acompanhamento nutricional para que ele se desenvolva de forma adequada na fase da pré-adolescência. Até os dois anos de idade o crescimento da criança é muito acelerado e vai diminuindo essa velocidade no decorrer dos anos até a adolescência. Antes de completar os seis meses de vida a criança deve ingerir

exclusivamente o leite materno e depois dessa idade deve consumir alimentos apropriados e com preparo adequado para sua idade uma vez que enquanto cresce também gasta energia.

A Educação Brasileira é dividida em três etapas e o foco da nossa pesquisa foi na Educação Infantil, a primeira delas, nela trabalhamos a criança de até 5 anos como um todo e em seu desenvolvimento integral e a Constituição Federal estabelece em sua Emenda nº 64 do dia 4 de fevereiro de 2010 o direito a alimentação adequada a todos os indivíduos, o que é acompanhado desde a criança na escola, junto ao professor, nutricionistas elaborando cardápios no Programa Nacional de Alimentação Escolar, trabalhando a alimentação saudável, gostos, sabores, experiências e também atividade social.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Elizabeth. A escola como promotora da alimentação saudável. **Ciência em Tela**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 1 - 9, 2009. Disponível em: <http://www.cienciaemtela.nutes.ufrj.br/artigos/0209accioly.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2021.

APUCARANA, Autarquia Municipal de Educação. **Alimentação**. Apucarana-PR, 2020. Disponível em: <http://www.apucarana.pr.gov.br/ame/alimentacao/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BARROS, Priscila Cordeiro Soares. **A alimentação como elemento essencial para a aprendizagem e desenvolvimento integral da criança**: questões para o trabalho pedagógico na Educação Infantil. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021. Disponível em: <https://www.ppedu.uel.br/pt/mais/dissertacoes-teses/dissertacoes/category/5-2020>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BEHNE, Liliane. **A base nacional comum curricular para a Educação Infantil**. Monografias Brasil Escola. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-base-nacional-comum-curricular-para-educacao-infantil.htm>. Acesso em: 04 jun. 2021.

BEZERRA, José Arimatea Barros. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. **Revista Brasileira de Educação**, Ceará, v. 14, n. 40, p. 103 - 115, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SC7wnTqD4ZmVNTq8fj5mmXN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc106.htm. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 5 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 12 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Cadernos de Atenção Básica. Saúde da Criança: Crescimento e Desenvolvimento. Brasília, vol. 33, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

20

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Cadernos de Atenção Básica. Saúde da Criança: Nutrição Infantil. Brasília, n. 23, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf. Acesso em: 9 jun. 2021.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Cadernos de Atenção Básica. Saúde da Criança: Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Brasília, n. 11, 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acompanhamento_crescimento_desenvolvimento_infantil_cab11.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

CARDOZO, Laiz Fagundes. **"Infância do pensar" e a superação da dicotomia entre o bem e o mal**. Monografia (Graduação de Pedagogia) - Universidade Federal Fluminense, Angra Dos Reis, 2014. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/1502/Monografia_Laiz%20Fagundes%20Cardozo.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 dez. 2021.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. **O impacto da pandemia na educação: a utilização da tecnologia como ferramenta de ensino**. p. 1-15, 2020. Disponível em: <http://idaam.siteworks.com.br/jspui/bitstream/prefix/1157/1/o%20impacto%20da%20pandemia%20na%20educa%3%87%c3%83o%20a%20utiliza%3%87%c3%83o%20da%20tecnologia%20como%20ferramenta%20de%20ensino.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital; NUNES, Maria Fernanda Rezende. **Educação Infantil no Brasil**: primeira etapa da educação básica. Brasília, 2011. 102 P. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000214418>. Acesso em: 4 jun. 2021.

COSTA, Expedito Wellington Chaves; MACEDO, Sheyla Maria Fontenele; SCHRAMM, Sandra Maria de Oliveira. **Fundamentos da Educação Infantil**. 3 ed. Fortaleza: EdUECE, 2019. 152 p. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/432873/2/Livro%20Pedagogia%20Fundamentos%20da%20Educac%C3%A3o%20Infantil.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2021.

FERREIRA, Helen Gonçalves Romeiro; ALVES, Rodrigo Gomes; MELLO, Sivia Conceição Reis Pereira. O programa nacional de alimentação escolar (PNAE): alimentação e aprendizagem. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 90 - 113, nov. 2018/ fev. 2019. Disponível em: <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/150/121>. Acesso em: 20 dez. 2021.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília/DF, 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 3 abr. 2021.

FOGAGNOLI, Marcela. **Alimentar é também educar**: a merenda escolar no Brasil (1940-1960). 2017. 201 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/30996/2/tese_final_Marcela_fogagnoli.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022

21

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

GODOY Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20 - 29, 31 maio/jun. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2021.

GOULART, Juliana Leticia Pereira. **Avaliação do risco higiênico-sanitário a partir da aplicação da ferramenta de boas práticas na alimentação escolar nas unidades de ensino de Ribeirão Preto, São Paulo**. 2019. 88 f. Dissertação (Mestrado em Medicina social) - Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17139/tde-01062020-085343/publico/JULIANALETICIAPERREIRAGOULARTco.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2022.

GOUVEIA, Fernanda Ângela dos Santos. **Cuidar, educar e brincar**: uma relação possível na creche. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade

Estadual de Paraíba, Guarabira PB, 2013. Disponível em:
<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4801/1/PDF%20-%20Fernanda%20C3%82ngela%20dos%20Santos%20Gouveia.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

IULIANO, Bianca Assunção. **Atividades para promoção de alimentação saudável em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos, SP**. 2008. 191 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6133/tde-17032008-115546/publico/BiancaAssuncaoIuliano.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

MOREIRA, Isabel Cristina Alves. O direito a Educação Infantil no Brasil: Bases socioculturais, políticas e legalidade. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 6, v. 10, n. 2, p. 132 - 142, fev. 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/2021/02/bases-socioculturais.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

PEREIRA, P. R.; SCAGLIUSI, F. B.; BATISTA, S. H. S. S. Nutrition education in schools: a systematic review. **Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr. = J. Brazilian Soc. Food Nutr.**, São Paulo, SP, v. 36, n. 3, p. 109-129, dez. 2011. Disponível em: http://sban.cloudpanel.com.br/files/revistas_publicacoes/344.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

RAMOS, Maurem; STEIN, Lilian M. Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. **Jornal de Pediatria**, v. 76, p. 229 - 237, 2000. Disponível em: <http://www.jped.com.br/conteudo/00-76-s229/port.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ROMANELLI, Geraldo. O significado da alimentação na família: uma visão antropológica. **Transtornos alimentares: anorexia e bulimia nervosas**, Ribeirão Preto SP, p. 333-339, jul./set. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/388/389>. Acesso em: 3 jun. 2021.

ROMANI, Sylvia de Azevedo Mello; LIRA, Pedro Israel Cabral de. Fatores determinantes do crescimento infantil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 4, n. 1, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/xtJhJy7ZZmtBv3js6v4fHYy/?lang=pt>. Acesso em: 6 jun. 2021.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Programas e Projetos - PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Paraná. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=156>. Acesso em: 4 jun. 2021.

SILVA, Juliana Rosendo da. Merenda escolar: um estudo de caso sobre os reflexos da implementação do sistema de unidade de processamento de alimentação escolar - UPAE, no Centro Educacional Edvardo Toscano, em Guarabira. **Centro de Humanidades**, Guarabira, p. 33, dez. 2019. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/20381>. Acesso em: 19 abr. 2021.

VITOLO, Márcia Regina. **Nutrição**: da gestação ao envelhecimento. Rio de Janeiro: Rubio, 2008. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/s055n5n>. Acesso em: 20 abr. 2022.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas?. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/GshnGtmcY9NPBfsPR5HbfjG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2022.

ZANCUL, Mariana de Senzi. **Orientação nutricional e alimentar dentro da escola**: Formação de conceitos e mudanças de comportamento. 2008. 130 p. Tese (Doutorado em Ciências Nutricionais) - Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Araraquara, Araraquara, 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104042/zancul_ms_dr_arafcf.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 abr. 2021.